

**AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO  
(CRESS/SC)**

**Ref.: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024**

**LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.207.352/0001-40, com sede na Av. Princesa Isabel, nº 629, Sala 901, Ed. Vitoria Center, Centro - Vitória/ES - CEP: 29010-360, vem, respeitosamente por meio de seu representante legal vide procuração em anexo, como interessado no certame licitatório supracitado, propor a presente

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Em face ao EDITAL em epígrafe, o que faz em razão dos fatos e fundamentos jurídicos adiante delineados:

## 01 - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE:

Conforme previsto no subitem 8.1 do Edital:

*“8.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, na aplicação na Lei nº 14.133/2021, devendo apresentar a impugnação por correio eletrônico [licitacao@cress-sc.org.br](mailto:licitacao@cress-sc.org.br) até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura dos envelopes, conforme cronograma.”.*

Considerando ainda que, conforme previsto no cronograma (anexo II) o prazo final para envio da documentação e proposta se encerra em 12/05/2024, o último dia útil para apresentar impugnação ao edital é 07/05/2024.

Portanto, estão preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

## 02 - DOS FATOS

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC), tornou público a abertura das inscrições para CREDENCIAMENTO na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição a fim de possibilitar à aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

Ocorre que o subitem 6.2 do Termo de Referência tem o potencial de direcionar o certame, visto que está em desconformidade com os precedentes do TCU, seja no que tange a identificação dos estabelecimentos a serem credenciados, seja no que diz respeito ao prazo razoável para apresentação da rede de estabelecimentos.

Por essa razão, impugna-se o presente edital a fim de que haja adequação aos parâmetros legais.

## 03. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A conformação da rede de estabelecimentos a serem credenciados decorre de ato discricionário conferido ao Gestor Público com a finalidade de melhor atender ao interesse público. No entanto, esta conformação deve estar respaldada por meio de Estudos Técnicos, levantamentos estatísticos e estudos previamente realizados.

Ocorre, no caso concreto, que muito embora o Gestor Público tenha definido com precisão quantidade de estabelecimentos necessários a satisfação das necessidades do órgão licitante, este também consignou a identidade dos estabelecimentos a serem credenciados.

Tal conduta contraria os precedentes firmados pelo Tribunal de Contas da União acerca do tema em debate. Vejamos:

*“Na contratação de empresa especializada para fornecimento de vale-refeição, é possível a indicação de número mínimo de estabelecimentos credenciados por municípios, desde que a providência esteja respaldada em estudos técnicos preliminares. Porém, **não é admissível a identificação dos estabelecimentos a serem credenciados pela contratada**”.* (Acórdão 3400/2012-Plenário)

A prática de indicar nominalmente quais estabelecimentos devem conformar a rede tem o fito de direcionar o certame para empresas que possuem, previamente, convenio com estes.

Nesse sentido é clarividente que o disposto no subitem 6.2 do Termo de Referência se vale da utilização de critérios subjetivos de direcionamento tal como a preferência inadequada por determinados estabelecimentos, o que é atípico neste tipo de contratação.

Outrossim, a Lei nº 14.133/21 que rege a presente licitação, consagra com objetivo do processo licitatório, tratamento isonômico e justa competição entre os licitantes, conforme art. 11, inciso II. *Verbis*:

*Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*[...]*

*II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;*

Portanto, caso haja a manutenção desta cláusula, a isonomia e a justa competição estarão comprometidas, bem como a legalidade do certame por contrariar os precedentes firmados pela Corte de Contas.

Não obstante, o edital é omissivo quanto ao prazo previsto para que haja apresentação da rede de estabelecimentos. Notadamente, sabe-se que o prazo adequado para tal evento é no momento da contratação, devendo, ainda, ser conferido prazo razoável para tanto.

É o que se extrai do Acórdão nº 1194/2011 do TCU:

*“Para o fornecimento de vale-refeição, a exigência de comprovação de rede credenciada próxima ao ente público demandante deve ser feita somente no momento da contratação”.* (Acórdão 1194/2011-Plenário)

Assim, requer que seja retificado o edital para suprir a omissão ora apontada, passando este a prever prazo para apresentação da rede estabelecimentos.

#### **04 – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS**

Isto posto e preenchidos os requisitos legais, PUGNA A PETICIONANTE pelo recebimento da presente impugnação para que seja processada e julgada por este d. Sr. Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação, exercendo o juízo de mérito e de retratação, conforme prescreve o Art. 41 da Lei 8.666/93, para:

4.1). Revogação da exigência prevista no subitem 6.2 do Termo de Referência;

4.1.2) Retificação do edital para consignar a apresentação da rede de estabelecimentos no momento da contratação;

4.2). Caso não entenda pelas retificações do Edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais e o estudo técnico que embasaram a decisão desta comissão;

4.3). Requerer, por fim, que sejam as intimações e publicações efetuadas em nome do assistente jurídico Carlos Eduardo de Oliveira dos Santos (endereço infra impresso nesta peça e na procuração).

Nesses termos,  
Pede Deferimento.

Vitória/ES, 7 de maio de 2024

---

**SANDRO LUIZ ZACHÉ**  
**CPF 009.670.297-40**  
**ANALISTA DE LICITAÇÃO**